



**ESCOLA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA
DA APRESENTAÇÃO**

SEM OS 12,84% DO PISO E SEM A VACINA CONTRA A COVID-19 NÃO HÁ INÍCIO DE ANO LETIVO

O ano de 2020 mostrou em profundidade a crise instalada no município do Natal. Enquanto lutamos por saúde e pela vida, observamos o descaso da Prefeitura com a área educacional e assistimos a continuidade de velhas práticas políticas. Esse cenário de horror nos conduziu a perda salarial na ordem de 12,84% e com isso, chegamos em fevereiro de 2021 sem a devida atualização dos salários que está garantida na lei.

Embora o Piso Salarial ainda não tenha sido atualizado e embora o ano anterior tenha exigido de nós a adoção de medidas de isolamento e distanciamento social, enquanto educadores e educadoras permanecemos unidos e fortes, reagindo a todas as formas de ataque contrárias a valorização

profissional e a educação.

Como forma de enfrentamento ao descaso do Executivo Municipal, recorremos aos recursos disponíveis e durante Assembleia da Rede realizada em 10 de dezembro, tomamos a decisão de não retomar as aulas em 2021 sem que antes haja a negociação dos 12,84% do Piso e a imunização contra o novo coronavírus. Somado a isso, também condicionamos o retorno das aulas ao envio pela Prefeitura de uma emenda à Lei Orgânica do Município que possibilite a aposentadoria com vencimentos integrais dos/as educadores/as que ingressaram no funcionalismo municipal a partir de 2003.

Precisamos fortalecer a luta de classe e esclarecer a sociedade que aulas presenciais sem imunização são sinônimo de doença

e morte e que a retomada do ano letivo sem a atualização do Piso é desrespeitosa e ilegítima para nós, professores e professoras. Assim, reafirmamos nossa posição contrária ao retorno das aulas presenciais e dizemos NÃO as atividades remotas enquanto a questão dos 12,84% não for resolvida.

Sabemos que nossos estudantes foram penalizados em 2020 e é custoso pensar em greve nesse momento. Porém, até que o Prefeito do Natal olhe para a categoria e decida por negociar de modo efetivo com o SINTE/RN a respeito dos 12,84%, não vislumbramos outra saída, exceto a paralisação das atividades.

Vamos à luta! Vamos à vitória!

Veja nesta edição

GOVERNO BOLSONARO ALTERA O CUSTO ALUNO E IMPEDE CORREÇÃO DO PISO DO MAGISTÉRIO PARA 2021

Pág. 4

VACINA: DIREITO À VIDA E PASSAPORTE DA CLASSE TRABALHADORA ARA AS RUAS

Pág. 5

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE NATAL

Pág. 8

CAMPANHA EDUCACIONAL E SALARIAL 2021

Eixos de Lutas na **REDE MUNICIPAL DO NATAL**

- Pela carreira das Educadoras e Educadores: implantação dos 12,84%, referente ao Piso salarial de 2020, com o retroativo para ativos e aposentados; e mudança de padrão para Educação Infantil, com modificação da lei nº 11/2010 que trata do ingresso na carreira.
- Emenda à Lei Orgânica do Município do Natal para permitir que os/as educadores/as se aposentem com o salário integral, não entrando em regras de transição.
- Condições de trabalho e o trabalho em tempo de pandemia: flexibilização dos anos letivos de 2020 e 2021, com extensão até 2022.

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO NATAL

Iniciamos em 2020 o movimento pró-emenda à Lei Orgânica do Município. O texto da emenda está finalizado e já foi revisado pela assessoria jurídica do SINTE a fim de que possa ser acatado pelo Executivo e pela Câmara

Municipal sem que haja questionamento sobre sua legalidade. A adição dessa emenda vai possibilitar uma grande conquista para quem ingressou no serviço público a partir de 2003: a aposentadoria com proventos integrais.

CAMPANHA EDUCACIONAL E SALARIAL 2021

Eixos de Lutas em **ÂMBITO NACIONAL**

- Intensificar a Campanha pelo Fora Bolsonaro, Mourão e contra todo projeto do atual Governo.
- Contra a Reforma Administrativa do Governo Federal.
- Contra a Reforma Tributária do Governo Federal.
- Em defesa dos vetos dos Precatórios do FUNDEF.
- Em defesa da vida e contra o avanço da pandemia do Coronavírus.

RATEIO NUNCA MAIS

Em sua gestão, o prefeito Álvaro Dias (PSDB) vem seguindo à risca a cartilha política do seu partido. Assim, defende e aplica nas suas ações a meritocracia – política também aplicada pelo governador Dória, em São Paulo, e pelo prefeito Bruno Covas. Entretanto, o que mais nos chama a atenção nos governos do PSDB é que eles não aplicam o Piso Salarial. Por isso, precisamos nos preparar para grandes lutas, pois ao que tudo indica, Álvaro Dias pode e quer copiar este modelo em Natal. Imaginem vocês que de repente o prefeito sinaliza o reajuste de 12,84% somente para os professores cujo salário é menor que o piso, enquanto os demais ficam sem a correção? É assim que acontece em São Paulo e nos governos do PSDB. No Rio Grande do Sul, por sua vez,

há 10 anos a categoria não tem atualização do Piso Salarial.

O rateio anunciado pela Prefeitura em dezembro foi um golpe. Sobre isso, alguns/as professores/as perceberam e outros não se deram conta do tamanho do desastre que foi essa medida. Se a categoria tivesse ouvido o chamado da direção do SINTE e feito um movimento de 24 horas solicitando que o projeto de lei do Executivo não fosse aprovado, o prefeito teria sido levado a negociar a implementação dos 12,84% mais o passivo, cujos recursos estavam em poupança desde o início do ano. Infelizmente, com parte da categoria dando o aval ao prefeito nas redes sociais, ele surfou na onda e deu a cartada final. Com isso, realizou o rateio e a categoria acumulou uma derrota, com a possibilidade de implantação

dos 12,84% se distanciando cada vez mais.

A reversão deste dano só ocorrerá com a categoria unida e lutando, sem medo e com a formação de uma consciência de classe. Portanto, esperamos que nos próximos anos de mandato do gestor municipal a categoria não volte a pactuar com a política de meritocracia, mas que lute pelas suas carreiras e salários.

O SINTE reitera que o rateio ocorreu à revelia das instâncias de deliberação do Sindicato e recorda que educadores/as decidiram não acatar a política de mérito durante o Congresso – maior instância de deliberação categoria. Assim, a Assembleia de 1ª de fevereiro deve ratificar o que já foi deliberado, para que essa lembrança permaneça e não se caia mais no conto do vigário.



**UM PROGRAMA EM
DEFESA DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA**

TODOS OS DOMINGOS, ÀS 10h,
NA TV PONTA NEGRA

GOVERNO BOLSONARO ALTERA O CUSTO ALUNO E IMPEDE CORREÇÃO DO PISO DO MAGISTÉRIO PARA 2021

(notícia publicada pelo SITERO em 20/01/21)

Depois de tentar extinguir o Piso Salarial do Magistério, de várias investidas contra a educação e das demonstrações de menosprezo pela classe dos profissionais do magistério, o governo Bolsonaro lançou mão de uma manobra para zerar o reajuste anual do salário dos professores da rede pública.

A manobra foi oficializada pela Portaria Interministerial nº 3, de 25/11/2020, que rebaixou o Custo per capita do FUNDEB em 2020. Considerando que o reajuste do piso tem como base a variação do custo aluno no ano anterior, a atualização para 2021, que estava prevista em 5,9%, foi zerada.

Com isso, o governo federal prejudica o resultado de uma luta histórica da qual os trabalhadores em educação fizeram parte através das mobilizações. Caso a Portaria não seja revogada, esta será a primeira vez na história do FUNDEB que os professores da educação básica pública ficarão sem reajuste salarial.

Logo após a publicação da Portaria a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) enviou ofício ao Ministério da Educação questionando a Portaria Interministerial, na tentativa de reverter a situação. Segundo a CNTE, o rebaixamento do custo aluno não reflete a realidade, já que estudos a partir dos dados oficiais de receitas do

FUNDEB, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – revelam crescimento da receita do FUNDEB entre novembro de 2019 e novembro de 2020 (data de publicação da Portaria Interministerial nº 3, de 2020), na ordem de 1,01% (já descontados os ajustes na complementação da União nos dois anos).

Ao projetar a receita consolidada de dezembro de 2019 para dezembro de 2020, e considerando que as matrículas presenciais na educação básica pública reduziram 677.028, constata-se, facilmente, uma previsão de acréscimo do Custo Aluno 2020 em relação ao valor publicado na Portaria nº 4, de 27/12/2020, de 2,54%.

Veja abaixo a evolução do valor do Piso do Magistério:

2009 – R\$ 950,00	2015 – R\$ 1.917,78 (13,01%)
2010 – R\$ 1.024,67 (7,86%)	2016 – R\$ 2.135,64 (11,36%)
2011 – R\$ 1.187,97 (15,94%)	2017 – R\$ 2.298,80 (7,64%)
2012 – R\$ 1.450,54 (22,2%)	2018 – R\$ 2.455,35 (6,82%)
2013 – R\$ 1.567,00 (7,97%)	2019 – R\$ 2.557,74 (4,17%)
2014 – R\$ 1.697,39 (8,32%)	2020 – R\$ 2.886,15 (12,84%)

VACINA: DIREITO À VIDA E PASSAPORTE DA CLASSE TRABALHADORA PARA AS RUAS

O movimento sindical por um ano não pode ir às ruas devido aos riscos da Covid-19. Essa situação representou e ainda representa um grande desafio e nos faz pensar as ações de mobilização e envolvimento da categoria nas lutas para além da forma presencial. Considerando as atuais limitações da conjuntura, que vêm desde março de 2020, temos denunciado a forma genocida como o presidente Bolsonaro está conduzindo a situação da pandemia do novo coronavírus no Brasil.

No país, o chefe do Executivo minimiza os efeitos da doença; nega a ciência e desrespeita a população e o cargo que ocupa. Como resultado, temos quase 219 mil óbitos e mais de 8 milhões e 900 mil casos confirmados de Covid* entre os brasileiros. No Estado do Amazonas, recentemente a falta de oxigênio provocou mortes dolorosas que revelam a face cruel da má gestão pública, inclusive da má gestão na esfera federal.

Enquanto o presidente subtrai bilhões de investimentos da ciência, tecnologia e inovação e coloca obstáculos para a compra da vacina, os casos de contaminação crescem e nossa



tarefa é exigir que o congresso nacional conduza o processo de impeachment com urgência, sob pena de ver ainda mais brasileiros sem qualquer assistência do Estado.

É inadmissível conviver com o deboche e negacionismo do presidente e seu menosprezo pela vida das pessoas, especialmente dos mais humildes e idosos. Ao dificultar a entrada da vacina no país e ao induzir o consumo de medicações sem base científica, o presidente garante a continuidade da política de morte ao mesmo tempo em que impede que os trabalhadores e as trabalhadoras tomem às ruas para protestar contra seu governo. Claramente, o propósito de Bolsonaro e de seus apoiadores é aprovar reformas cruéis enquanto a população

está em casa, temerosa pelo vírus.

Sem a vacinação em massa, Bolsonaro segue negociando sua manutenção no poder com outros políticos/parlamentares condescendentes com seu projeto de morte. Até que a imunização em massa seja uma realidade, a correlação de forças entre quem detém o capital e quem detém a força do trabalho fica desigual e penaliza os/as trabalhadores/as. Por isso, a luta pela vacina é cada vez mais fundamental. A vacina representa vida e o passaporte para irmos às ruas; uma oportunidade para que a população se manifeste contra o desmonte e entreguismo do país. Assim, a vacina deve ser o oxigênio para nossa luta e uma exigência de todos em favor da vida.

*Dados de 27 de janeiro de 2021.

REFORMA ADMINISTRATIVA E O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO

Temos afirmado que a pior das reformas será a Administrativa, pois ela implica a retirada de direitos e o fim de conquistas para quem ingressar no serviço público. Em outros termos, trata-se do fim do servidor público, pois a emenda desqualifica os serviços públicos e abrange os âmbitos federal, estadual e municipal.

Barrar a reforma Administrativa é tarefa de aposentados, ativos e dos recém-ingressos no serviço público. Com esse objetivo, o SINTE/RN integra uma campanha nacional contra a reforma Administrativa e investe na veiculação de material na mídia para mobilizar trabalhadores e trabalhadoras a fim de que pressionem deputados e senadores contra essa reforma.

A privatização é o principal objetivo do governo federal e não podemos cruzar os braços diante desse pro-

pósito que prejudica a maioria dos brasileiros. No Estado do RN, dos oito deputados federais, contamos com dois que não votarão com a reforma: Natália Bonavides (PT); e o deputado Rafael Mota (PSB), que vem votando contra as elites dominantes do país. Temos clareza que uma nova ordem social não vem apenas do voto, mas se torna possível através das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores deste país, dos movimentos sociais organizados, dos homens e mulheres do campo. Essa luta, portanto, é de todos nós.

Entenda mais sobre a PEC 32/2020

Em setembro, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional uma proposta de Emenda Constitucional (PEC 32/2020) que define novas diretrizes da Administração Pública. O texto altera dispositivos sobre ser-

vidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, prevê, entre outros pontos, o fim da estabilidade para novos servidores, a extinção de promoções automáticas e benefícios, alterações nos processos seletivos e no sistema remuneratório, possibilidade de terceirização de serviço público.

Para ser promulgada, a PEC deverá passar por apreciação, votação e aprovação em dois turnos na Câmara e no Senado. Atualmente, a proposta ainda será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, para análise da admissibilidade. Posteriormente, o texto será submetido a uma comissão especial, que avaliará o mérito, e ao Plenário, última etapa da tramitação.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA REFORMA ADMINISTRATIVA

Ao longo de fevereiro será veiculada uma campanha publicitária contra a reforma Administrativa em rede nacional. A CUT prevê um investimento na ordem de

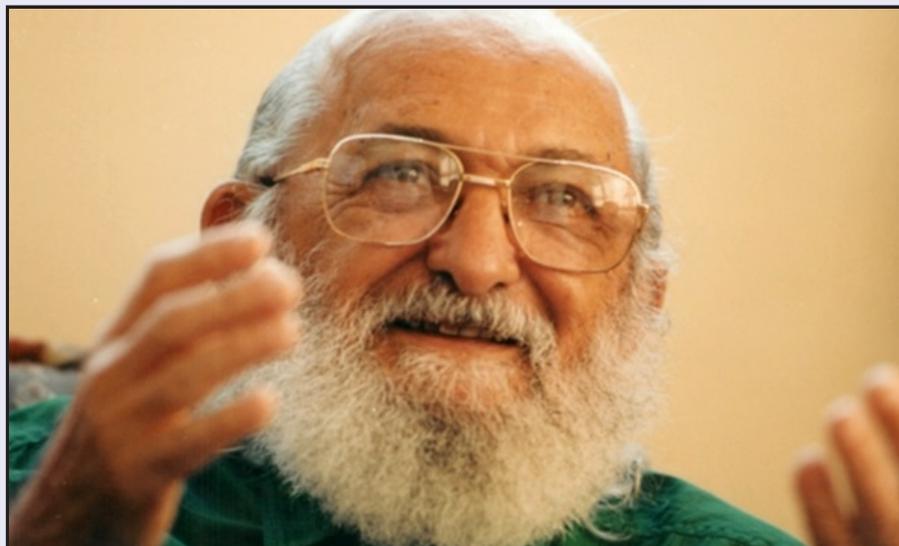
R\$2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) e a CNTE, por meio de coleta solidária com as entidades filiadas já arrecadou R\$729.282,00. Desse valor, o SINTE/RN

contribui com R\$34.001,00. A expectativa do Sindicato é que a campanha mobilize a sociedade e a classe trabalhadora contra mais essa reforma que ataca o serviço público e o servidor.

CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE É CELEBRADO AO LONGO DE TODO ANO

O calendário Paulo Freire completaria 100 anos em setembro de 2021, se vivo estivesse. Seu centenário será comemorado pela Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), com atividades desenvolvidas em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A CNTE incorpora ao seu calendário de atividades de 2021 a Jornada Latino Americana de luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e emancipadora, contra a mercantilização e privatização: rumo ao centenário de nascimento de Paulo Freire.



Convocada pela Internacional da Educação para América Latina (IEAL) e pela Rede Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente (RED ESTRADO) em 2017, esta mobilização continental defende a me-

mória de Paulo Freire, o patrono nacional da educação, tão atacado nos dias de hoje no país. No centenário do nascimento de Paulo Freire, em 2021, a América Latina se reunirá no Brasil para recordar e manter vivo o legado do professor Freire.

Acesse o site da campanha da IEAL e saiba mais: <https://ei-ie-al.org/freire100>

I CONFERÊNCIA ESTADUAL SINDICAL PAULO FREIRE

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção"
(Paulo Freire)

O SINTE-RN, que tem Paulo Freire como Patrono, dedicará o ano de 2021 à memória do maior educador de todos os tempos. Através das redes sociais, o Sindicato fará a divulgação dos eventos

relativos ao centenário de Freire. A entidade também vai organizar a I Conferência Estadual Sindical Paulo Freire, com o tema "Resistir e Esperançar". O evento está sendo construído e em breve serão divulgadas mais informações.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE NATAL

1

Implantação dos 12,84% referente ao Piso Salarial 2020 para ativos, aposentados e pensionistas.

2

Pagamento do passivo dos 12 meses, referente ao Piso 2020.

3

Negociação dos 10%, referente ao salário de dezembro/2013, com implantação na carreira para ativos e aposentados.

4

Pagamento de retroativos e passivos devidos à categoria dos anos de 2014 a 2018. De imediato, pagamento para os aposentados referente ao Piso 2017 (janeiro e fevereiro) e Piso 2018 (janeiro a maio).

5

Atualização dos direitos funcionais:

- Mudança de padrão, de A para B, que vem sendo postergada devido a um entendimento jurídico controverso da SME.
- Mudança de padrão, B para C.
- Publicação imediata de promoção verticais após conclusão de instrução e diligência.

6

Atualização das promoções de forma automática, de nível e de letras devidas de 2015 a 2020, sem a realização de avaliação de desempenho face ao vácuo temporal.

7

Atualização e pagamento de quinquênios.

8

Emenda à Lei Orgânica do Município do Natal para garantir aposentadorias com proventos integrais aos educadores que ingressaram a partir de 2003.

9

Extinção no ingresso na carreira pelo nível médio (Art.11, Inciso I da lei complementar 114/2010).

10

Alterar a jornada de trabalho da Lei Complementar 058/2004, para 20, 24 e 30 horas e incorporar a carga suplementar na jornada de trabalho.

11

Realização das Eleições Diretas para Gestor com instalação da Comissão Central de condução do processo e mandato de três anos.

12 Realização de concurso público para os componentes curriculares e para a educação Infantil.

13 Alterar as carreiras das leis complementares 058/2004 e 114/2010 a fim de estender os 45 dias de férias remuneradas para professores em Coordenação Pedagógica e Readaptados.

14 Aplicar a equidade na carreira dos profissionais (Lei Complementar 058/2004), restituindo a carga suplementar a quem trabalha com a modalidade de ensino de Jovens e Adultos.

15 Realizar o protocolo de aposentadorias no prazo de 30 dias após requerimento do servidor.

16 Cumprir os Planos de Carreira quanto a concessão da licença para cursos de mestrado e doutorado.

17 Concessão da licença especial em 30 dias após requerimento do servidor.

18 Dotar as Unidades de Ensino de estrutura adequada para o desenvolvimento pedagógico através das quatro áreas de ensino da Arte: artes visuais, dança, teatro e música.

19 Combater o assédio moral promovido pela SME; combater o assédio nos locais de trabalho, contra os profissionais do ensino.

20 Estabelecimento de um calendário de reformas, restaurações e manutenção das Unidades de Ensino para o ano de 2021 por parte da Secretaria Municipal de Educação.

21 Cumprir o Plano Municipal de Educação (PME), aplicando o número de alunos por sala de aula.

22 Cumprir com a legislação que trata da assistência do/a estudante com deficiência em sala de aula.

23 Colocar mais de um profissional em sala de aula na Educação Infantil para atender as características e especificidades da modalidade de ensino.

24 Discutir com o SINTE o enfrentamento à violência nas Unidades de Ensino e estabelecer medidas de proteção para a comunidade escolar.

25 Discutir com o SINTE o fortalecimento do ensino noturno e da EJA, incluindo aí o marco nacional e internacional da educação de jovens e adultos em situação de privação da liberdade.

26 Instituir um programa de saúde para a categoria, considerando as patologias das doenças no trabalho.

27 Rediscutir a grade curricular, no seguinte aspecto: redução dos minutos da hora aula.

28 Aumento de aulas dos componentes curriculares de Artes e Educação Física.

29 Efetiva autonomia aos Educadores e Gestores das unidades ensino na construção e decisões de processos educacionais, tendo por base o projeto pedagógico e os mecanismos de gestão democrática.

30 Realizar a formação continuada dos/as Educadores/as dentro da jornada de trabalho.

31 Adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contemplando a concepção de educação social referenciada, estado laico, liberdade de gênero e diversidade.

32 Instalar as comissões em que o SINTE tem participação no PME. De forma imediata, aquelas de operacionalização das metas 17, 18 e 20.

33 Conceder o vale cultura para a categoria e conceder vale transporte acima do teto salarial para os educadores que utilizam quatro passagens diárias.

34 Conceder vale alimentação para a categoria.

35 Fim de convênios com Fundações privadas, Institutos e bancos privados; e convênios com entidades e órgãos públicos.

36 Instalar de forma imediata a Mesa Permanente de Negociação conforme legislação em vigor.

O SINTE/RN APOIA CAMPANHA "TRIBUTAR OS SUPER-RICOS"

A CNTE e outras 49 entidades lançaram no mês de outubro a campanha "Tributar os Super-ricos". O objetivo dessa campanha é fazer com que o Congresso Nacional aprove

propostas que promovam um aumento de quase R\$ 300 bilhões de arrecadação, tributando apenas as altas rendas e grandes patrimônios dos 0,3% mais ricos do Brasil. Em outros termos, a ideia é

construir, discutir e aprovar projetos de lei que possam cobrar tributos de quem tem mais e repassar a quem mais precisa, financiando de maneira justa os serviços públicos de qualidade para a população.

CONHEÇA ALGUMAS DAS PROPOSTAS:

- Correção das distorções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) – revogação da isenção dos lucros e dividendos distribuídos, fim da dedução de juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção para baixas rendas, e criação de nova tabela de alíquotas progressivas.
- Instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF) sobre as riquezas das pessoas físicas que ultrapassarem R\$ 10 milhões.
- Elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos setores financeiro e extrativo mineral.
- Criação da Contribuição sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais acima de R\$ 720 mil.
- Mudança nas regras do Imposto sobre Heranças e Doações (ITCMD), com ampliação da alíquota máxima de 8% para 30%.
- Novas regras de repartição de receitas da União com Estados e Municípios. A previsão é de acréscimos de aproximadamente R\$ 83 bilhões para os Estados e R\$ 54 bilhões para os Municípios.
- Regras para disciplinar a concessão de benefícios fiscais e para combater a sonegação.



Acesse o nosso site,
e fique por dentro
das notícias

www.sintern.org.br

UNIÃO DE SETORES POR FORA BOLSONARO

Entidades que participaram da Plenária Nacional de Organização das Lutas promovida pelas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, com apoio

da CUT e demais centrais, deliberaram a união de forças de todos os segmentos civis e políticos que estão lutando pelo impeachment de Jair Bolsonaro (ex-PSL). Em

reunião virtual, a plenária deliberou três eixos de luta: 1) Fora Bolsonaro; 2) Vacina Já e para todos; e 3) o retorno do auxílio emergencial.

CONFIRA O CALENDÁRIO DE LUTAS DA CUT APOIADO PELA CNTE E PELO SINTE/RN:

CALENDÁRIO DE LUTAS PELO FORA BOLSONARO

26/01	• ENTREGA DO PEDIDO DE IMPEACHMENT DAS IGREJAS
29/01	• MOBILIZAÇÃO DOS BANQUEIROS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO BB
31/01	• CARREATAS E BICLETADAS EM TODOS OS MUNICÍPIOS E STOP BOLSONARO
01/02	• DIA NACIONAL DE LUTA DOS SERVIDORES EM DEFESA DO SUS, DA VACINA JÁ PARA TODOS E CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
01/02 A 05/02	• ATO DE ENTREGA DO PEDIDO DE IMPEACHMENT NO CONGRESSO
06/02	• DIA NACIONAL DA SOLIDARIEDADE E LUTA PELA RENDA EMERGENCIAL
15/02 E 16/02	• AGITO POPULAR PRO CARNAVAL
21/02	• DIA NACIONAL DE CARREATAS FORA BOLSONARO
08/03	• DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

ENCAMINHAMENTOS

1 Realização de Assembleia Ordinária da Rede Municipal em 01/02/2021, às 14h, através da plataforma Zoom.

2 Instituir Comissão de Negociação.

3 **Comunicação:**

- Publicar nota em emissora de TV sobre o retorno das aulas em 2021 considerando a decisão da categoria em Assembleia e a pandemia da Covid-19;
- Fazer uso de carro de som nos bairros e feiras livres;
- Efetuar postagens nas mídias digitais do Sindicato ao longo de fevereiro cobrando negociação do Piso; e
- Coordenar o envio conjunto de mensagens para as mídias oficiais da Prefeitura do Natal, do prefeito Álvaro Dias e da Secretaria de Educação, cobrando a negociação dos salários.

4 Realização, na última semana de fevereiro, da I Conferência Estadual Sindical Paulo Freire, com o tema “Resistir e Esperançar”. As inscrições serão gratuitas e os participantes receberão certificado.



Acesse, curta, siga e compartilhe o Sinte/RN nas Redes Sociais

 /SinteRN  @sintern  sinte.rn

 /ExtraClasseWebTV  www.sintern.org.br